

# TRÊS FASES DA TEORIA CEPALINA: UMA ANÁLISE DE SUAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES AO PENSAMENTO ECONÔMICO LATINO-AMERICANO

Ulisses Pereira dos Santos\*

Francisco Horácio Pereira de Oliveira\*\*

**Resumo:** A segunda metade do século XX foi um período de intensas transformações na economia internacional, com muitas inovações teóricas no campo da ciência econômica. Neste contexto, surgiram as principais formulações teóricas dos pesquisadores da CEPAL. Os vários conceitos formulados pelos cepalinos visaram o entendimento dos problemas relacionados ao subdesenvolvimento econômico. Este trabalho objetivou reunir os principais conceitos teóricos formulados pelos cepalinos, sendo estes o da deterioração dos termos de troca, inflação, heterogeneidade estrutural e análise sobre a tecnologia nas estruturas subdesenvolvidas. Para isto tais conceitos foram dispostos em três fases visando explicitar a evolução cronológica do pensamento formulado na CEPAL: gênese, afirmação e renovação do pensamento cepalino. Concluiu-se que há necessidade de se relembra a contribuição cepalina, a qual pode ser considerada uma teoria do subdesenvolvimento econômico.

**Palavras-chave:** CEPAL. América Latina. Subdesenvolvimento. Desenvolvimento econômico.

**Abstract:** The second half of the twentieth century was a period of changes in the world economy and also in the economics science. It was in this context which appeared the main contributions of ECLAC researchers to the economic theory. Most of the concepts formulated by these researchers were about the problems of the underdeveloped economies. The paper aims to join the main concepts, like the trade terms deterioration, the structural inflation and structural heterogeneity and the analysis about technology in the periphery. These concepts were structured in three phases that describe the evolution of the ECLAC thought time, this are the genesis, the affirmation and the renewal of the ECLAC's though. The paper's purpose is to remember the ECLAC's contributions to the economics theory, which may be consider a theory of economic underdevelopment.

**Key-words:** ECLAC. Latin América. Economic development. Underdevelopment.

**JEL classification:** B2, History of economic thought since 1925. O1, Economic development. O54, Latin America; Caribbean.

---

\* Mestrando em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG. E-mail: ulisses@cedeplar.ufmg.br.

\*\* Mestre em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG e Professor do Departamento de Economia da UFMG. E-mail: chico@cedeplar.ufmg.br.

## 1 Introdução

As contribuições teóricas formuladas pelos cepalinos são aqui apresentadas como constituindo uma teoria do subdesenvolvimento econômico; esta visou compreender os principais problemas e características dos países que formam a periferia do sistema econômico internacional. Logo, este artigo constitui uma resenha dos principais argumentos cepalinos, os quais solidificaram as bases para a constituição e desenvolvimento do pensamento estruturalista latino-americano ao longo do século XX. Propõe-se, então, uma tentativa de identificar o desenvolvimento de tais argumentos em três etapas, de acordo com a evolução temporal entre as décadas de 1950 e 1990. Acredita-se que esta sistematização consegue reunir as principais idéias formuladas por esta instituição a partir da segunda metade do século XX, pois abrange a gênese, a afirmação e a renovação das idéias dessa instituição.

Para isto, o texto é dividido em cinco seções, além desta introdução e da conclusão. A segunda seção do trabalho constitui uma apresentação geral da CEPAL e de sua teoria. A seção três inicia a linha histórica do desenvolvimento da teoria cepalina, tratando da sua primeira grande contribuição à ciência econômica, a “teoria da deterioração dos termos de Troca”. Essa seção trata da *gênese* do pensamento cepalino. A quarta seção dá seguimento a esta linha histórica abordando a “versão industrialização” da teoria dos termos de troca e os conceitos de inflação estrutural e heterogeneidade estrutural que compoariam a fase da afirmação do pensamento da Cepal. Finalizando a organização temporal das contribuições cepalinas, a seção cinco trata do enfoque sobre tecnologia e desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, que surgiu como uma agenda renovada no debate da Cepal e por isto pode ser identificada como uma fase de renovação deste.

## 2 Surgimento e teoria da CEPAL

A Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL) é um órgão das Nações Unidas, criado em 1948, para buscar soluções para proble-

mas econômicos dos países dessa região, através de estudos empíricos, visando sugerir políticas econômicas (Moraes, 1995). A tônica das formulações cepalinas foi determinada, sobretudo, pelo contexto histórico do surgimento dessa instituição. Nesse sentido, As idéias formuladas pelos cepalinos buscaram identificar tanto os problemas resultantes da tardia industrialização da periferia, impulsionada no pós segunda guerra, como suas raízes provenientes de períodos históricos anteriores, como a revolução industrial, no século XVIII, e seus desdobramentos sobre a evolução do capitalismo mundial. Desse modo, os técnicos da Cepal, como formuladores de conceitos como deterioração dos termos de troca, inflação estrutural e heterogeneidade estrutural, entre outros (Bielschowsky, 2000 e Rodrigues, 1981), tiveram contribuição inquestionável para o surgimento de uma teoria do subdesenvolvimento econômico. Nesse sentido, “[a CEPAL] não só tornou-se uma referência indispensável quando se falava de América Latina, como também desenvolveu uma teorização própria, na qual combinou-se de forma consistente um bom número de inovações conceituais” (Bielschowsky, 2000, p. 25).

Pode-se identificar que a evolução das idéias básicas dessa teoria cepalina do subdesenvolvimento caminhou de acordo com a realidade econômica dos países latino-americanos. Ou seja, à medida que esses países se industrializavam e apresentavam novos problemas internos relacionados ao seu padrão de desenvolvimento, a teoria cepalina se adequava de modo a diagnosticar e resolver os desequilíbrios apresentados por essas economias. Logo, argumentos e conceitos teóricos formulados pelos cepalinos expressam a atualidade do período em que foram concebidas. Dessa forma, pode-se traçar uma linha histórica com as principais idéias dos teóricos cepalinos, a qual partiria da teoria da deterioração dos termos de troca das décadas de 1940 e 1950, chegando à abordagem sobre tecnologia da década de 1990. Acredita-se que esta linha histórica pode ser pensada em três etapas que contém as principais contribuições dos cepalinos na formação da teoria do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, a partir da análise relacionada à deterioração dos termos de troca a nascente Cepal, de fins da década de 1940 e da década de 1950, parte de um estágio em que a solução-chave para conter os desequilíbrios relacionados ao desenvolvimento das economias periféricas é a industrialização. Sendo esta: “[n]ão a industrialização espontânea que se vinha desenvolvendo induzida por sucessivas crises no balanço de pagamentos, mas sim uma industrialização capaz de manter-se em ritmo intenso e em condições de eficiência máxima” (Rodríguez *et al.*, 1995, p. 94-95). Essa visão foi a predominante nos primeiros trabalhos da Cepal, sendo derivada das análises referentes ao comércio internacional e seus resultados para os países centrais e periféricos. Estas análises deram origem à teoria da deterioração dos termos de troca. Esta temática foi a base das discussões cepalinas entre o fim da década de 1940 e se concentrando na maior parte dos anos de 1950, constituindo, assim, a primeira fase da produção teórica cepalina. Esta fase pode ser identificada como a fase da gênese do pensamento da Cepal.

A partir da inserção da indústria na periferia e dos conseqüentes problemas estruturais causados pela falta de planejamento e estrutura em tais economias, a Cepal iniciou uma nova fase que vai de fins da década de 1950 até a década de 1970. Nesta fase, os focos de análise foram os problemas que obstruíam o desenvolvimento econômico dos países periféricos, a partir do processo de industrialização que já se intensificara naquele período em alguns países da América Latina. Assim, surgiram as teses cepalinas a respeito da inflação e da heterogeneidade estrutural. Estas novas contribuições tiveram importância especial ao considerarem especificidades presentes nos países subdesenvolvidos para a compreensão de seus problemas econômicos fazendo, desta forma, frente às teorias e políticas econômicas produzidas nos países centrais, as quais se caracterizaram pela generalização de diagnósticos e das medidas corretivas. Durante esta segunda fase a denominação “estruturalismo” é utilizada pela primeira vez como referência aos traba-

lhos dos cepalinos, sendo derivada do termo “inflação estrutural”. Assim, esta pode ser considerada a fase de afirmação do pensamento cepalino.

A questão tecnológica toma real significância durante a década de 1990. O contexto desta nova fase no debate cepalino apresenta a conquista da estabilização monetária a custas de rigorosas políticas de contenção fiscal por alguns dos países latino-americanos, sendo que este período também abarcou uma série de reformas, incluindo privatizações e medidas com vistas à liberalização comercial e financeira. Neste contexto, a Cepal propôs uma nova agenda desenvolvimentista que não contrariou as reformas pelas quais passaram os latino-americanos, e que em muitos casos se vinculou a estas (Bielschowsky, 2000). A nova orientação cepalina, que deu origem ao *neoestruturalismo*, consiste na proposta de transformação produtiva com equidade. Logo, as palavras de ordem no âmbito da nova contribuição cepalina foram progresso técnico e competitividade internacional. Essa nova orientação cepalina buscou se adequar ao quadro vigente na América Latina, onde as principais economias já apresentavam estagnados seus processos de substituição de importações com utilização de tecnologias defasadas frente ao desenvolvimento tecnológico internacional. Em tal situação os países latino-americanos já industrializados poderiam ser identificados como uma nova periferia, não mais somente produtora e exportadora de bens de consumo primários, mas também de produtos industrializados de qualidade e tecnologia inferiores àqueles produzidos pelos países centrais. Esta terceira e última fase pode ser considerada como a fase da renovação do pensamento da CEPAL.

Assim, podem-se organizar as idéias cepalinas, seguindo uma linha histórica, como a que se tentou aqui traçar, a partir da teoria da deterioração dos termos de troca, dos anos de 1950, até a análise sobre evolução tecnológica, da década de 1990. A seguir, os principais argumentos cepalinos, constitutivos da teoria do subdesenvolvimento econômico.

### 3 Gênese do pensamento da CEPAL: teoria da deterioração dos termos de troca

Durante muito tempo tomou-se como válida a idéia da divisão internacional do trabalho. Esta idéia foi base para que a economia global se orientasse de forma tal que alguns países se industrializassem, o centro, enquanto outros restringissem seu desenvolvimento à produção de bens primários, a periferia. O comércio entre os países produtores de bens primários e de bens industriais seria o responsável por levar os ganhos de eficiência para os dois lados do sistema econômico. Neste contexto:

É certo que o raciocínio concernente aos benefícios econômicos da divisão internacional do trabalho é de incontestável validade teórica. Mas é comum esquecer-se que ele se baseia numa premissa que é terminantemente desmentida pelos fatos. Segundo esta premissa, os frutos do progresso técnico tendem a se distribuir de maneira eqüitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda (Prebisch, 1949, p. 71).

Foi a partir da não validade desta premissa que Prebisch desenvolveu a teoria da *deterioração dos termos de troca*. Segundo a qual, a industrialização tardia da América Latina, principalmente após a Segunda Grande Guerra Mundial, resultou dos desequilíbrios gerados pela distribuição não eqüitativa dos frutos do progresso tecnológico entre países. Prebisch identificou que os benefícios do progresso tecnológico se concentraram no centro o que trouxe à periferia perdas em termos de preços relativos ao longo dos anos, contrariando a teoria que deu base para a divisão internacional do trabalho.

As formulações teóricas a respeito da deterioração dos termos de troca se orientaram em três abordagens: a abordagem contábil, a abordagem dos ciclos e a abordagem conhecida como “versão industrialização” (Rodriguez, 1981; Schwarzer, 1993). Estas diferentes versões não se contrapõem teoricamente, mas são complementares para o entendimento das causas e efeitos da deterioração dos termos de troca na medida em que esta avançou ao longo dos anos.

A abordagem contábil é relacionada à evolução das produtividades e renda no centro e na periferia ao longo dos anos. Em outras palavras: “[...] não se propõe a investigar as causas da mesma [deterioração dos termos de troca], e sim as suas significações em termos de renda: as razões pelas quais tal fenômeno implica a diferenciação do nível de renda real média entre os centros e a periferia” (Rodriguez, 1981, p.51).

Sabe-se que ao longo dos anos a indústria desfrutou de uma proporção muito maior de inovações técnicas que a produção primária (Prebisch, 1949), e segundo a idéia que sustentou a divisão social do trabalho, esta maior introdução de inovações na indústria decorreria em aumentos da produtividade do trabalho neste setor o que levaria a uma diminuição de seus preços, de acordo com as hipóteses econômicas então vigentes. Neste contexto, a maior lentidão com que ocorre o progresso técnico na periferia, em relação ao centro, levaria a uma situação onde os preços industriais cairiam mais rapidamente do que os preços dos bens primários criando, assim, uma situação cômoda aos países periféricos (CEPAL, 1949; Prebisch, 1949). Ou seja, enquanto o centro se beneficiaria da maior produtividade proporcionada pelo progresso tecnológico a periferia passaria a desfrutar deste mesmo progresso tecnológico do centro através da relação de preços.

Neste contexto, esta proporcionaria uma distribuição eqüitativa da renda ao distribuir os ganhos do progresso técnico entre as partes do comércio internacional; eliminaria a necessidade que países produtores primários produzissem bens industriais, e que produtores industriais produzissem bens primários. Este processo chegaria à sua plenitude com a especialização completa das economias, situação na qual seria o centro completamente especializado na produção de bens industriais e a periferia em bens primários. Assim, cada economia chegaria o mais próximo possível da eficiência produtiva, sendo que ambas as partes do comércio externo partilhariam os ganhos do progresso técnico.

Porém, como foi identificado por Prebisch, esse processo não ocorreu; pelo contrário, o autor identificou um processo oposto que decorreu ao longo dos anos em perdas para a periferia, mesmo com a evolução tecnológica mais acentuada no centro. Este autor verificou, através de uma série histórica que refletia a relação de preços entre os produtos primários e industriais entre 1876 e 1947, que houve queda significativa do poder de compra da periferia, o que favoreceu claramente aos países centrais (Prebisch, 1949). Ou seja, os preços dos produtos industriais não caíram como se esperava em relação aos preços dos produtos primários. Assim, a renda do centro cresceu mais do que a sua produtividade; enquanto na periferia o processo foi oposto. “Em outras palavras, enquanto os centros preservaram inteiramente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico” (Prebisch, 1949, p. 83). Essa interpretação do processo de deterioração dos termos de troca é conhecida como abordagem contábil, sendo apresentada no *Estudio Económico de America Latina 1949* (CEPAL, 1949).

A segunda forma de interpretar o processo de deterioração dos termos de troca, a abordagem dos ciclos, busca explicitar as causas do fenômeno da deterioração dos termos de troca (Rodríguez, 1981). Segundo esta abordagem, durante a fase ascendente do ciclo há um aquecimento da demanda, que possibilita uma situação em que as relações de preço passam a favorecer os produtores de bens primários. Isso ocorre porque há uma disparidade entre oferta e demanda, principalmente no caso dos bens primários; há uma certa demora no ajuste da oferta após a modificação da demanda, elevando os preços desses bens em caso de aumento da procura. Com isto, a combinação entre demanda elevada e oferta com demora em se ampliar levaria a uma transferência da lucratividade dos centros para a periferia através da maior velocidade com que ocorrem os aumentos dos preços primários em relação aos preços dos produtos industriais (Prebisch, 1949). Este aumento da lucratividade faz com que os em-

presários da periferia elevem a produção para aumentar seus lucros.

Porém, a fase descendente do ciclo econômico traz conseqüências muito ruins para a periferia na medida em que, da mesma forma em que aumentam com maior rapidez na fase ascendente, os preços primários tendem a cair de forma mais acelerada nesta fase. Isso ocorre devido às interações entre os empresários e os trabalhadores ao longo do ciclo econômico. Nesse sentido, o aumento da demanda na fase ascendente converte-se em aumento na demanda por mão-de-obra e salários na periferia (CEPAL, 1949). Já a fase descendente demonstra uma queda nos lucros, reflexo da pressão exercida pelo excesso de oferta e baixa demanda, ou seja, a disparidade se inverte. Contudo, no centro esta queda nos lucros não é repassada diretamente aos salários, pela rigidez salarial, fruto da organização dos trabalhadores desses países; por outro lado, isso não ocorre na periferia:

A desorganização característica das massas trabalhadoras na produção primária, especialmente na agricultura dos países da periferia, impede-as de conseguirem aumentos salariais comparáveis com os que vigoram nos países industrializados, ou de mantê-los com amplitude similar. A contração da renda – seja ela sob a forma de lucros ou salários –, portanto, é menos difícil na periferia (Prebisch, 1949, p. 87).

Sabe-se que a maior parte do processo produtivo ocorre no centro, onde os salários constituem a maior parte dos custos de produção (CEPAL, 1949). Porém, a já citada rigidez faz com que a pressão sobre o lucro exercida no centro seja transferida para a periferia onde é mais fácil a contração dos custos de produção através da contração dos salários, face à desorganização sindical e à correspondente falta de rigidez salarial, aliada à grande oferta de trabalhadores. Este último fator pode ser considerado uma característica estrutural determinante para o sucateamento da renda interna nos periféricos e que, se não eliminada, tende a perpetuar a deterioração dos termos de troca ao longo do tempo nessas economias.

Esta forma como o centro transfere a pressão ocorrida na fase descendente do ciclo econômico

para a periferia traz à tona a relação de subordinação entre estas regiões, e entre as atividades exercidas nas mesmas. Este processo ocorre basicamente via redução da demanda dos centros por bens primários na fase descendente do ciclo econômico. Dado que as economias periféricas têm seu crescimento sustentado pelo setor exportador que se vincula de forma direta à demanda internacional, um baixo nível de demanda externa por produtos primários decorre em vários efeitos negativos para a economia. Além disso, a evolução das técnicas produtivas no centro, tais como técnicas de melhor aproveitamento dos insumos e a utilização de materiais sintéticos, possibilitou uma queda relativa da participação dos produtos primários no valor dos produtos industriais ao longo do tempo (Prebisch, 1952).

Assim, a tendência demonstra que mesmo havendo momentos de prosperidade na periferia, motivados pela demanda externa, a produção primária tende a perder importância no mercado externo. Pode-se também lembrar que, pela maior elasticidade-renda da demanda por produtos importados na periferia que no centro (Rodríguez, 1981), no longo prazo ocorrerá uma tendência ao desequilíbrio externo das economias periféricas em momentos de elevação da renda interna destas economias. Por esta condição, em momentos de alta da renda nestas economias aumentará a procura interna por importações, principalmente por produtos industriais provenientes do centro. Porém, isto ocorreria frente a um processo de queda no valor das exportações de bens primários em relação aos bens industriais ao longo dos anos conduzindo a uma condição de crescente desequilíbrio nas contas externas dos países periféricos. Isso faz crer que os países periféricos deveriam buscar novos pilares para sustentar seu crescimento econômico, que não somente o comércio externo.

A partir desta concepção, a industrialização voltada para o mercado interno passaria a figurar como uma alternativa que criaria possibilidades para que estas economias pudessem crescer de forma mais acelerada e com maior solidez. Isto porque “a industrialização absorve uma parte da população

disponível e contribui para que outra parte seja absorvida em atividades correlatas, como os transportes e o comércio, que se desenvolveram paralelamente a ela” (Prebisch, 1952, p. 185). Portanto, a teoria da deterioração dos termos de troca pode ser considerada o marco inicial da produção teórica cepalina. As idéias de Prebisch, ao identificar um problema econômico inerente à condição periférica dos latino-americanos, abriram as portas para o surgimento dessa teoria do subdesenvolvimento que se desenrolaria ao longo da segunda metade do século passado.

#### **4 A nova deterioração dos termos de troca, inflação e heterogeneidade estrutural**

A industrialização na América Latina ocorreu de forma mais intensa a partir da década de 1950 e abriu caminho para a “versão industrialização” da teoria da deterioração dos termos de troca (Rodríguez, 1981). Desenvolvida por Prebisch, em 1959, esta versão analisa as disparidades nos termos de intercâmbio a partir de uma nova estrutura econômica da periferia; isto ocorreu com a industrialização voltada para o mercado interno (Schwarzer, 1993). A análise de Prebisch pode ser dividida em dois focos, um pelo lado da demanda de produtos primários e outro pelo lado da oferta de produtos industriais.

Do lado da demanda, a versão assume que, inicialmente, as produtividades na indústria no centro e na periferia são iguais. Com mobilidade de capital, a remuneração deste fator no instante inicial, assim como os salários, são iguais nos dois pólos. Porém, as elasticidades-renda da demanda por importações das duas partes do sistema são diferentes entre si, apresentando um maior valor na periferia que no centro (Schwarzer, 1993; Rodríguez, 1981). Esta condição remete à queda da participação proporcional da procura por alimentos e produtos primários em geral na composição da demanda final do centro, na medida em que a renda aumenta. Além disso, sabe-se que a industrialização da periferia modifica a composição da demanda interna por importações, aumentando a procura por bens

de maior valor agregado e maior densidade tecnológica, mais especificamente bens de produção. Entretanto, tais demandas seriam atendidas pela produção do centro. Deste modo, teríamos um quadro pelo qual, dada uma expansão da renda nos dois pólos do modelo, as exportações da periferia perderiam importância na composição da demanda do centro, enquanto que suas importações de produtos finais, provindos do centro, aumentariam cada vez mais. Esta situação configura um quadro de déficits na balança comercial nas economias de industrialização tardia, decorrendo em problemas em seus balanços de pagamentos.

Pelo lado da oferta podem ser observados dois problemas estruturais relacionados à debilidade do mercado interno e ao padrão tecnológico adotado pela indústria periférica. No primeiro caso, um mercado interno suficientemente forte faz com a indústria periférica atue com altas margens de capacidade ociosa. Deste modo, incorrem em maiores custos e perdem em termos de produtividade. No que tange ao segundo aspecto enquanto avança o tempo os desequilíbrios observados na evolução da indústria periférica e a incorporação de inovações tecnológicas no centro, em velocidade muito maior que a observada no outro pólo do modelo, levam a uma situação de diferenciação das produtividades. Ou seja, a produtividade do trabalho aumentaria mais rapidamente no centro que na periferia. Em tal situação os produtos industrializados provindos do centro teriam maior competitividade que os produzidos internamente. Com isto, para manter a competitividade da produção industrial da periferia em relação à produção do centro, os empresários buscariam reduzir os custos de produção, o que se daria, principalmente, através do achatamento dos salários. Some-se a isto o fato de a tecnologia utilizada pela indústria periférica seguir os mesmos padrões tecnológicos dos países desenvolvidos. Cabe, então, ressaltar que tal tecnologia é por natureza poupadora de mão-de-obra, devido às condições estruturais das economias centrais, onde se verificou ao longo da sua industrialização uma crescente escassez do fator trabalho, situação inversa ao ocorrido

na periferia. Assim, a adoção pela indústria da periferia o padrão tecnológico do centro gera um modelo econômico incapaz de absorver o excedente de trabalhadores. Logo, mesmo com crescimento voltado para dentro, a periferia apresenta um quadro de baixos salários e com grande parte da população fora das relações de produção capitalistas, mantendo ainda um setor industrial incapaz de maximizar seu potencial produtivo.

A versão industrialização, portanto, conclui que permanece um processo de deterioração dos termos de intercâmbio para a periferia, porém resultantes de novos entraves estruturais relacionados ao modelo industrial que se instalou na maior parte destas economias. Com isto, a versão industrialização pode ser considerada um avanço na teoria inicialmente proposta por Prebisch se adequando ao novo quadro estrutural presente nas economias latino-americanas entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960.

Como já foi citado, as características específicas da periferia levam a observar que os seus problemas não podem ser solucionados através das mesmas medidas corretivas que são utilizadas para solucionar os problemas presentes nos países já desenvolvidos. Seguindo esta idéia, pode-se fazer referência ao conceito de “inflação estrutural”, que surgiu como uma nova forma de interpretação dos desequilíbrios inflacionários dos países periféricos. Este conceito buscou confrontar a visão tradicional da inflação, “que, na melhor das hipóteses, permite apenas delinear a trajetória da inflação na esfera financeira, nunca conseguiu explicar suas causas e persistência, e muito menos suas características locais” (Sunkel, 1958, p.312). Assim, além de propor uma nova visão sobre o processo inflacionário, baseada na análise dos problemas estruturais que se concentram na periferia, o conceito de inflação estrutural foi uma crítica à interpretação monetarista da inflação.

Seguindo o método de análise estruturalista, as pressões causadoras da inflação podem ser classificadas em três frentes: as pressões inflacionárias básicas ou estruturais, as pressões inflacionárias cir-

cunstanciais e as pressões inflacionárias cumulativas (Sunkel, 1958). Ainda se podem focar os mecanismos de propagação da inflação. Neste sentido, uma das características centrais da análise estruturalista é a diferenciação entre pressões causadoras da inflação e seus mecanismos de propagação, tendo claro que estes são fenômenos diferentes, os quais demandam medidas corretivas diferenciadas para o controle dos níveis de preços.

As pressões inflacionárias básicas derivam da incapacidade estrutural de uma determinada economia em atender às modificações na demanda interna motivadas por aumentos na renda *per capita*. Ou seja, esta causa inflacionária é fruto da pequena ênfase dada pelos países subdesenvolvidos, historicamente, à ascensão de um setor econômico voltado para atender as demandas do mercado interno. Por isso são também chamadas de pressões inflacionárias estruturais, constituindo a principal fonte dos desequilíbrios inflacionários na periferia. Os principais reflexos deste problema é a insuficiência da oferta interna de alimentos e bens de consumo básicos, os baixos coeficientes de importação e os baixos níveis de investimento interno, entre outros (Sunkel, 1958).

No que tange à insuficiente oferta interna de alimentos, apesar da grande maioria destes países se orientarem para a produção de bens agrícolas, há uma espécie de incoerência sistêmica a partir do momento em que se constata sua necessidade de importar elevados valores em alimentos básicos para o consumo interno. Isto porque a periferia transfere grande parte de sua produção agrícola para os países centrais, deixando a produção para o mercado interno em segundo plano, devido à debilidade do mercado interno nestas economias e à maior lucratividade obtida no comércio internacional. Isso levaria à ineficiência da produção interna de alimentos, a qual fica a cargo de poucos produtores, os quais não desfrutam dos mesmos níveis de qualidade e produtividade alcançados pelos produtores que se direcionam a suprir a demanda internacional. Além disso, a estrutura produtiva voltada ao mercado interno geralmente apresenta condições arcaicas de produção, com baixo teor tecnológico e

rigidez para se adequar às modificações na demanda. Tal situação tende a fazer com que os preços destes produtos passem por rápidas elevações sempre que a demanda se elevar.

A situação observada pela oferta interna de alimentos também pode ser verificada na oferta interna de outros bens de consumo básicos, principalmente produtos manufaturados. Cabe esclarecer que a rigidez de oferta é um problema relacionado, sobretudo, ao baixo nível de investimento interno nestas economias. No setor industrial observa-se uma situação particular, mas também vinculada ao baixo nível de investimentos. Mesmo havendo grandes massas populacionais nestes países, uma grande parte desta população está excluída do mercado interno, dado que se ocupam de atividades de baixa remuneração ou de subsistência detendo baixíssimos níveis de renda. Logo o mercado interno potencial para o setor industrial é muito maior que o mercado interno real, o que faz com que os empresários não tenham estímulos a investirem na expansão produtiva. Neste contexto, mesmo havendo aumento da demanda interna, o empresariado não é estimulado a aumentar a capacidade produtiva. A resposta inicial dos empresários a este estímulo da demanda consistiria em elevar os preços ao invés de investimentos. Assim, identifica-se uma nova variação do problema envolvendo a questão inflacionária na periferia que diz respeito à racionalidade do empresariado e à debilidade do mercado interno para bens industriais nessas economias.

Além disso, a lenta evolução da indústria nacional faz com que exista uma dependência de bens importados para a satisfação de demandas da classe média e, sobretudo, das classes mais altas. Esta situação tornou, por muito tempo, estas economias vulneráveis às elevações nos níveis de preços desses produtos na medida em que a capacidade de importar dos países subdesenvolvidos tendeu a diminuir ao longo dos anos. Além disso, a especialização na produção de bens primários conduziu os periféricos a uma situação de déficit estrutural no balanço de pagamentos, constituindo, assim, mais uma fonte das pressões inflacionárias estruturais

básicas. O raciocínio é semelhante ao da teoria da deterioração dos termos de troca, apresentada anteriormente, onde periferia exporta bens primários de baixo valor agregado, importando bens finais de alto custo. Os déficits comerciais periódicos levam a constantes desvalorizações cambiais que aumentam os preços das importações incrementando, desta maneira, a inflação. Isto devido à falta de diversificação das exportações e à dependência estrutural de importações, ou seja, da incapacidade do setor produtivo interno em atender a demanda gerada internamente. Portanto, as pressões inflacionárias básicas, ou estruturais, provêm dos gargalos estruturais que se avolumaram durante a formação destes sistemas econômicos subdesenvolvidos e que permaneceram ao longo dos anos.

As pressões inflacionárias circunstanciais decorrem de fatores exógenos ao sistema econômico interno. Assim, podem-se destacar os aumentos nos preços das importações e nos gastos do governo motivados por fatores variados, como guerras ou desastres naturais. Já as pressões inflacionárias cumulativas provêm a própria inflação. Ou seja, trata-se da realimentação da inflação, ou inflação inercial. Com isto, nota-se que as pressões inflacionárias estruturais devem ser consideradas como as principais causas da inflação nas economias subdesenvolvidas, enquanto as pressões inflacionárias circunstanciais e cumulativas são fontes complementares num processo de desequilíbrio nos níveis de preços.

Já os mecanismos de propagação inflacionária dizem respeito às formas como as diferentes partes do sistema econômico buscam diminuir os impactos da inflação sobre si. Em outras palavras:

o mecanismo de propagação vem a ser a capacidade de os diferentes setores ou grupos econômicos e sociais reajustarem sua renda ou gasto real relativo: os assalariados, através dos ajustes nos soldos, salários e outros benefícios; os empresários, através do aumento dos preços; e o setor público através do aumento do gasto tributário nominal (Sunkel, 1958, p. 317).

Logo, pode-se entender que as respostas concedidas pelos participantes do processo econômico às elevações nos níveis de preços constituem os

canais por onde se propagam os movimentos inflacionários. Deste modo, deve-se ter claro em mente a distinção entre as formas de pressão inflacionária e os mecanismos de propagação para que se possam desenvolver formas eficientes de combate às elevações sistemáticas nos níveis de preços. Dada esta distinção, tem-se que as formas tradicionalmente utilizadas de combate à inflação não atuam, ou atuaram, sobre as suas fontes, mas sim sobre as suas formas de propagação. Por isso, as medidas que restringem a demanda interna, com vistas a estabilizar os níveis de preços, têm resultados passageiros, dado que seus efeitos recaem somente sobre as manifestações monetárias da inflação, ou seja, sobre os mecanismos de sua propagação.

A insistência na utilização destas medidas corretivas traz conseqüências amargas para o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas, pois freiam o crescimento econômico, sem que seja solucionada a questão inflacionária (Sunkel, 1958). Dado que as medidas de cunho restritivo, utilizadas para a contenção inflacionária, têm como resultado efetivo para a economia o resfriamento do processo de desenvolvimento. Para que seja controlado o processo inflacionário conciliando crescimento e estabilidade de preços deve-se, acima de tudo, buscar corrigir os problemas estruturais que resultam nas elevações de preços. Ou seja, a disparidade entre oferta e demanda não pode ser corrigida somente pelo lado da demanda, como tradicionalmente proposto, mas também pelo lado da oferta. Dessa forma, segundo o arcabouço de análise da inflação estrutural, dever-se-ia buscar diminuir a rigidez de oferta, aumentando a disponibilidade de bens essenciais no mercado interno, o que deve se dar pelo aumento e reorientação dos investimentos em setores estratégicos com vistas a eliminar os pontos de estrangulamento presentes na economia. Aliado a isto, é preciso buscar soluções para pressões cumulativas e formas de prevenção para pressões inflacionárias circunstanciais.

Na mesma linha do conceito de inflação estrutural foi também desenvolvido no ambiente da CEPAL o conceito de heterogeneidade estrutural. Tal

conceito também visou interpretar desequilíbrios internos do subdesenvolvimento a partir das suas peculiaridades históricas e estruturais, surgindo, assim, como uma interpretação alternativa à economia tradicional. Segundo a concepção da heterogeneidade estrutural, os países em desenvolvimento apresentam, muitas vezes, disparidades entre setores e regiões. Elas dizem respeito ao grau de modernidade de cada setor, à capacidade de gerar transbordamentos positivos para seu entorno, às densidades tecnológicas e aos índices de produtividade interna, entre outras. Neste sentido, a distribuição das diferentes atividades sobre o espaço nacional pode levar à ocorrência de disparidades regionais referentes à maior dinâmica possibilitada pela presença das atividades mais produtivas em determinadas regiões em detrimento de outras, onde prevaleçam atividades com menor grau de dinamismo econômico. Assim, formam-se os contrastes regionais recorrentemente verificados nos países subdesenvolvidos.

Esta condição pode ser observada a partir da decomposição da economia em três camadas básicas: a camada “primitiva”, que se dedica à produção para subsistência e em menor parcela ao mercado interno, apresentando baixos níveis de produtividade; o “pólo moderno”, que se constitui das atividades de exportação, indústria e serviços, com elevados índices de produtividade; entre estas haveria uma camada “intermediária” a qual demonstra um nível de produtividade que se aproxima da média nacional (Pinto, 1970). Esta classificação remete a uma situação na qual, diferente dos países desenvolvidos, não há homogeneidade entre as diferentes camadas, o que possibilitaria uma melhor distribuição da renda entre estas (Pinto, 1979). As disparidades entre as produtividades dos setores se refletem na remuneração dos fatores empregados; neste sentido, pode-se observar uma concentração setorial e regional da renda, agravando os desequilíbrios internos.

Nos países subdesenvolvidos os setores produtivos que compõem a camada primitiva ainda têm uma grande participação no emprego da população

e ocupam grande parte da estrutura nacional, mesmo mantendo baixíssima participação no produto interno. Este processo faz com que ao longo dos anos intensifiquem-se as desigualdades à medida que a população permanece nas áreas de baixa produtividade. Com isto, nota-se que as disparidades regionais tendem a ser mais concentradas nos países pobres do que nos países ricos; nestes, as camadas primitivas têm participação mínima, tanto na geração de emprego quanto na ocupação espaço-estrutural (Pinto, 1970).

Estas disparidades regionais podem resultar de uma espécie de “colonialismo interno”. “Não é difícil encontrar alguns casos e situações nos quais se discerne uma espécie de “exploração” da “periferia interna” por parte de seu “centro” (ou setor moderno)” (Pinto, 1970, p. 580). Esta relação pode derivar, entre outros fatores, de uma relação de preços que não permita que os aumentos da produtividade do centro interno sejam repassados para a periferia interna, de uma transferência dos excedentes financeiros gerados na periferia para o centro, ou de uma distribuição regional desproporcional dos investimentos públicos.

Neste contexto, o que deve se verificar para se estabelecer uma análise da heterogeneidade estrutural é o quanto as camadas se encontram distantes da economia e qual é o grau de coordenação entre elas no que diz respeito à distribuição da renda entre as diferentes regiões. Contudo, sabe-se que:

nas condições atuais, é possível que os setores modernos tenham adquirido um grau considerável (embora sempre relativo e condicionado de autonomia interna – não externa, convém notar – , isto é, elas tendem a crescer apoiadas em suas próprias forças, estabelecendo circuitos próprios de receita-despesa, poupança-investimento etc. Visto por outro prisma, isso significa que (excetuados os esforços “retificadores” de política pública) sua tendência “espontânea” aponta na direção de uma irradiação menor para a periferia interna e de uma concentração (ou apropriação) maior de seus ganhos de produtividade (Pinto, 1970, p. 581).

Com isto, deve-se buscar corrigir as divergências internas quanto à produtividade, buscando canais por onde os ganhos de produtividade das

regiões mais ricas transbordem até as regiões mais atrasadas.

Temos que esta segunda fase do pensamento cepalino se distinguiu da anterior por um motivo especial: seu contexto histórico. Contexto este, fins dos anos 1950 até a década de 1960, no qual a indústria já poderia ser considerada uma realidade presente nas maiores economias latino-americanas. Porém, como visto, essa industrialização em ambientes periféricos foi fonte de novos problemas estruturais ou de transformação dos antigos. Foi em busca de identificar e propor soluções para tais problemas que ascendiam frente ao subdesenvolvimento que foram construídos os argumentos cepalinos constituintes da fase de consolidação do pensamento nesta instituição. Assim, enquanto na primeira fase a industrialização ainda podia ser considerada embrionária, na segunda fase já eram percebidos por estes pesquisadores os efeitos da industrialização desequilibrada. Cabe ressaltar que durante este período o estruturalismo latino-americano já ganhara espaço entre as correntes de pensamento, difundindo-se não só neste continente, mas em boa parte do mundo.

## 5 Renovação do pensamento da CEPAL: a tecnologia no debate cepalino

A tecnologia sempre esteve presente nas discussões cepalinas (Pinto, 1976), podendo ser encontradas referências a este tema já no estudo de 1949, entre os primeiros escritos de Prebisch e nas discussões que se estenderam no âmbito desta instituição ao longo dos anos. Entretanto, até meados da década de 1970 a questão tecnológica não foi o foco dos trabalhos técnicos da CEPAL. As discussões cepalinas, que se voltavam essencialmente para as disparidades no comércio internacional (Prebisch, 1949; CEPAL, 1949), para os problemas inflacionários (Sunkel, 1958) e para a heterogeneidade estrutural (Pinto, 1970), trataram os problemas relacionados ao atraso tecnológico nos países subdesenvolvidos apenas como parte das causas ou implicações dos problemas acima citados. Foi a partir das contribuições

teóricas de Fernando Fajnzylber, autor de maior relevância na chamada nova Cepal (Welters, 2004), que a tecnologia passou a figurar com maior intensidade nos trabalhos da instituição. Fajnzylber trouxe a tecnologia para o centro da discussão cepalina como ferramenta fundamental para a busca do intitulado crescimento com equidade (Fajnzylber, 1990; Schwarzer, 1993).

Essa nova perspectiva da introdução da tecnologia no processo de desenvolvimento fundamenta-se na influência da escola *neoschumpeteriana* (Schwarzer, 1993; Welters, 2004). Segundo essa escola, haveria os países líderes e os seguidores. Os primeiros seriam os responsáveis pela introdução das inovações técnico-científicas, ou seja, pelo deslocamento da fronteira de conhecimento científico, e os últimos seriam os imitadores que buscariam seguir os líderes. O desenvolvimento econômico dos seguidores seria uma consequência da criação de um *sistema nacional de inovação* (Freeman, 1995); a partir daí seria possível a estas economias absorver e decodificar os avanços na fronteira do conhecimento científico ao deter condições para aproveitar as janelas de oportunidade (Perez; Soete, 1988). Isso possibilitaria estas economias fazer o *catching up* tecnológico. Este processo avançaria, permitindo o sistema nacional de inovação amadureça a ponto de levar um determinado país da condição de seguidor à condição de líder ao longo do tempo.

Foi a partir desta influência teórica que se criou uma concepção cepalina dos problemas tecnológicos na América Latina em meados da década de 1970 e suas implicações para o processo de subdesenvolvimento (Schwarzer, 1993). Nesse sentido, a análise de Fajnzylber se direciona a investigar dois problemas presentes nas economias periféricas: a transferência da tecnologia criada nos centros e a necessidade da criação de um *núcleo endógeno de dinamização tecnológica* (Fajnzylber, 1979; 1990).

Os países subdesenvolvidos apresentam expressivo atraso tecnológico frente aos países desenvolvidos, mesmo sendo grande parte da tecnologia utilizada na produção interna dos países periféricos desenvolvida nos países centrais. Esta condição gera

uma série de conseqüências para estas economias e para seus processos de desenvolvimento. Isso ocorre porque a partir da análise do processo de industrialização dos países centrais, tem-se que em determinados estágios de desenvolvimento fatores estruturais impedem que a indústria nacional avance. Logo, recorre-se ao capital externo para que este cubra determinadas lacunas no aparelho produtivo nacional. Assim, pode-se identificar a presença marcante das filiais de grandes transnacionais nas economias subdesenvolvidas (Fajnzylber, 1979). Na maioria das vezes, estas empresas absorvem a maior parcela da mão-de-obra industrial desses países, sendo também as principais exportadoras de manufaturados, o que possibilita a elas manter uma importância crucial em tais sistemas econômicos (Fajnzylber, 1979). A presença dessas transnacionais constitui uma das possíveis vias de absorção de tecnologia dos países centrais para os periféricos. Entretanto, a transferência de tecnologia através das transnacionais é condicionada pelos interesses destas empresas (Fajnzylber, 1979). Sabe-se que, a importação de máquinas e equipamentos constitui uma via de absorção de tecnologia externa; entretanto, as transnacionais geralmente transferem máquinas e equipamentos já usados nas matrizes e de tecnologia obsoleta para suas filiais nos países periféricos, à medida que incorpora novas tecnologias de produção nas sedes (Fajnzylber, 1979). Esta seria uma das formas da reprodução do atraso tecnológico da periferia em relação aos países desenvolvidos.

A importação de tecnologia também leva a situações de sub-aproveitamento dos fatores. A tecnologia produzida nos centros é poupadora de mão-de-obra o que gera desequilíbrios nas economias periféricas, onde há grande oferta do fator trabalho. Além disso, cria-se uma situação onde esta tecnologia não se ajusta de modo a aproveitar os recursos naturais internos criando uma situação de subutilização de recursos (Fajnzylber, 1979).

A grande presença e valorização das transnacionais, ainda, inibem a ascensão das empresas nacionais, o que impossibilita um avanço da indústria nacional na introdução de inovações tecnológi-

cas (Fajnzylber, 1990). Neste sentido, Fajnzylber (1990) constata um processo oposto nos países latino-americanos ao ocorrido nos países que fizeram o *catching up* tecnológico, como Coréia do Sul, onde o Estado concede apoio maciço aos conglomerados nacionais e onde as transnacionais são de menor importância na geração tecnológica.

Em relação à produção de tecnologia na periferia, Fajnzylber (1990) afirma que esta apenas se dará com a criação de um *núcleo endógeno de dinamização tecnológica*. Com isto, “[Fajnzylber] prega a necessidade de desenvolver a eficiência do sistema por meio da aprendizagem tecnológica, da criatividade, da incorporação de tecnologias e da qualificação da mão-de-obra” (Welters, 2004, p. 115). Este núcleo apresenta basicamente as mesmas características de um *sistema nacional de inovação* e a sua criação possibilitaria aos países periféricos romper com algumas das formas de atraso estrutural, presentes em tais sistemas econômicos como a inserção internacional por meio da exportação de matérias-primas, o baixo nível tecnológico da indústria e a precariedade da classe empresarial (Fajnzylber, 1990).

Além disso, a presença deste núcleo possibilitaria maior adequação da tecnologia utilizada internamente às condições produtivas locais. Assim, possibilitaria melhor utilização dos recursos naturais internos gerando uma maior eficiência produtiva e um melhor aproveitamento dos recursos se comparado à situação de uso de tecnologia importada. Também seriam eliminados os desequilíbrios provocados pelo descompasso entre a tecnologia utilizada, poupadora de mão-de-obra, e a grande oferta de trabalho presente em tais economias. Pelo lado da competitividade internacional, estes países se beneficiariam pela melhora na qualidade dos produtos ofertados no mercado internacional (Schwarzer, 1993).

Esta contribuição teórica se vincula a uma nova preocupação no âmbito da CEPAL, a do crescimento com equidade. Fajnzylber (1990), ao estudar o caso dos países latino-americanos, identifica a não existência de períodos onde o crescimento se

deu concomitantemente com a melhora na equidade. Esta situação é por ele chamada de “conjunto vazio”. Neste sentido, o progresso técnico seria a peça chave para chegar a este objetivo:

Diversamente do crescimento esporádico, o crescimento sustentado exige uma sociedade internamente articulada e equitativa, o que cria as condições propícias para um esforço contínuo de incorporação do progresso técnico e de elevação da produtividade e, por conseguinte, para o crescimento (Fajnzylber, 1990, p. 883-884)

Desta forma, o que se pode concluir diz respeito a uma evolução nas discussões cepalinas no sentido de levar o progresso técnico ao centro da discussão sobre o subdesenvolvimento e a adoção da nova proposta, a do crescimento com equidade. Isto demonstra que, após os trinta primeiros anos de existência desta instituição, o estágio de desenvolvimento da América Latina demandava novas propostas e interpretações para seus problemas econômicos, que foram supridas a partir das contribuições de Fajnzylber. Portanto, podemos assumir esta terceira fase como a fase da renovação do pensamento cepalino.

## 6 Conclusão

Esta breve estruturação das idéias-chave do pensamento cepalino objetivou demonstrar que a evolução desta teoria do subdesenvolvimento foi, sobretudo, vinculada aos acontecimentos históricos que se desencadearam ao longo de mais de 50 anos. Assim, da teoria da deterioração dos termos de troca à abordagem sobre tecnologia no debate cepalino fica explícita a evolução teórica das idéias estruturalistas ao longo da segunda metade do século XX.

Esta linha histórica das idéias cepalinas confirma a correlação entre a produção teórica desta instituição e a realidade econômica das economias que foram o principal alvo de estudo da CEPAL. Con-

firma também que as contribuições cepalinas partiram da análise de problemas inerentes à condição de subdesenvolvimento, e, portanto de problemas históricos vivenciados pelos latino-americanos que mudaram de aspecto ao longo dos anos, mas nunca deixaram de criar desequilíbrios ao desenvolvimento destas economias. Neste sentido, a divisão das principais idéias formuladas pelos cepalinos em fases visou simplificar a estruturação destas ao longo do tempo, sendo estes três pontos, a gênese, a afirmação e a renovação do pensamento da CEPAL, chaves para o entendimento da formação do estruturalismo latino-americano.

Entretanto, a partir da década de 1980, o que se observou nos países latino-americanos foi um processo de detrimento dos ideais desenvolvimentistas, em termos de política econômica como resquício do avanço do liberalismo sobre a América Latina. Nesse sentido, mesmo havendo, ainda, uma consistente produção teórica voltada para o desenvolvimento econômico, esta foi paulatinamente sufocada pela ascensão das teorias alinhadas ao *mainstream economics*. Identificou-se, então, um processo intenso de importação de fontes teóricas produzidas fora da realidade do subdesenvolvimento e que por isto não se adequaram às demandas estruturais destas economias.

Frente a isto, a teoria cepalina do subdesenvolvimento, apesar de ser, na maior parte, desenvolvida entre as décadas de 1950 e 1970, tem grande relevância ainda hoje, dado que muitos dos problemas apresentados durante sua criação ainda permanecem. Com isto, rever estas idéias buscando adequá-las aos problemas atuais coloca-se como uma tarefa de demasiada importância, não só ideológica, mas teórica, na medida em que se compreende a necessidade de que sejam sanados os problemas referentes ao subdesenvolvimento, e que para isto deve-se buscar primeiramente entender esta condição a que estão submetidos os países que não figuram no grupo dos desenvolvidos.

## Referências

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: \_\_\_\_\_. (org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. R. Janeiro e São Paulo: Record, 2000. p.137-178.
- CEPAL. Estudo econômico da América Latina (1949). In: BIELSCHOWSKY, R. (org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000. p.137-178.
- FAJNZYLBER, Fernando (1990). Industrialização na América Latina: da “caixa-preta” ao “conjunto vazio”. In: BIELSCHOWSKY, R (org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000. p. 851-886.
- \_\_\_\_\_. A empresa internacional no processo de industrialização da América Latina. In: SERRA, J. (org). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. R.Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 172-207.
- FREEMAN, Chris. The “national system of innovation” in historical perspective. *Cambridge Journal of Economics*, London, v 19, n 1, pp. 5-24. Jan. 1995.
- MORAES, Reginaldo C. *Celso Furtado: O subdesenvolvimento e as idéias da CEPAL*. São Paulo: Ática, 1995. p. 119
- PEREZ, C; SOETE, L. Catching up in technology: entry barriers and windows of opportunity. In: DOSI, G. (org). *Technical change and economic theory*. London: Pinter, 1988. p.458-479.
- PINTO, Aníbal. La CEPAL y el problema del progresso técnico. *El Trimestre Económico*. V. 43 (2), n. 170. p. 267-284, abr/ jun. 1976.
- \_\_\_\_\_. Heterogeneidade estrutural e o modelo de desenvolvimento recente. In: SERRA, J. (org). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. 2ª ed. R.Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 44-82.
- \_\_\_\_\_. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R (org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000. p. 567-583.
- PREBISCH, R. (1949) O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R (org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL* Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000. p. 69-136.
- \_\_\_\_\_. (1952). Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWSKY, R (org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL* R. Janeiro; São Paulo: Record, 2000. p. 179-215.
- RODRIGUEZ, Octávio. Sobre la concepción del sistema centro-periferia. *Revista de la CEPAL*. Santiago de Chile, n. 3, p. 203-247, primeiro semestre de 1977.
- \_\_\_\_\_. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL: síntese e crítica*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1981. p. 345.
- \_\_\_\_\_. BURGEÑO, O; HOUNIE, A; PITTALUGA, L. CEPAL: velhas e novas idéias. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 5, p 79-109. dez. 1995.
- SCHWARZER, Helmut. *A CEPAL: a teoria clássica e a proposta de transformação produtiva com equidade social*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Curitiba, 1993.
- SUNKEL, O (1958). A inflação chilena: um enfoque heterodoxo. In: BIELSCHOWSKY, R (org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000. p.307-345.
- WELTERS, Ângela. Tecnologia, distribuição de renda e implicações para o crescimento: algumas notas sobre a visão da CEPAL nas décadas de 1970 e 1980. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 14(2), p. 111-124, maio-agosto de 2004.